

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Srs solicito interpor recurso com vista e copia ao processo da empresa declarada vencedora, com base nos documentos de habilitação, atestado técnico e proposta de preço.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA.

Ref.: Recurso Administrativo ao PE nº 028/2020 – ITEM 1

G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe de Processo Administrativo, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, por seu administrador ao final assinado, com fulcro na Lei 10.520/2002 e no item 12.5 do Edital, tempestivamente, apresentar

RAZÕES RECURSAIS

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitado e vencedor o licitante RIBAL LOCADORA DE VEICULOS LTDA, para o ITEM 1, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DOS FATOS E DO DIREITO

O Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2020 possui como objeto a contratação de serviço de recebimento, transporte, entrega e recolhimento de urnas eletrônicas, cabinas, envelopes de segurança, pastas com o material das seções eleitorais, urnas de lona e baterias de contingência para UE, nas Eleições Municipais de 2020, na capital e em municípios do interior do estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

Fato é que a ora Recorrente analisando a documentação de habilitação juntados pelo habilitado e vencedor do certame, constatou que o mesmo descumpriu as regras edilícias, uma vez que apresentou documentos de habilitação em desacordo com o Edital.

Portanto, a habilitação da empresa Recorrida é falha.

Vejamos que a Recorrida deixou de apresentar a documentação destacada no item 11.1.3, que trata da habilitação jurídica, no seu subitem “e.1”, qual seja, a comprovação de Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, Resolução nº 4799/2015, de 27 de julho de 2015, da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.

A Recorrida ofertou o documento descrito no subitem “e.2”, mas tal documento não substitui a certidão RNTRC, pois são documentos distintos, se completam, e não se substituem, como a própria ANTT esclarece na consulta realizada no seu site no link http://www.antt.gov.br/cargas/arquivos_old/Perguntas_Frequentes__Multimodal.h tml :

“6- Se minha empresa for habilitada como OTM, precisa também estar registrada no RNTRC (Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga) para emitir o conhecimento de transporte rodoviário de cargas?

Resposta – Sim, precisa. A Lei 9.611/98, que trata do Transporte Multimodal, não abre exceções para que o OTM deixe de seguir o que está estabelecido nas demais leis que regem os transportes nos diversos modais e regimes de funcionamento. Desta forma, caso sua empresa, além de operar como OTM, exercer a atividade de transporte rodoviário de carga remunerado na operação multimodal, deverá estar registrada no RNTRC, de acordo com. a legislação em vigor”. (grifamos).

Dessa forma, diante do descumprimento no tocante a ausência de apresentação da comprovação do RNTRC, não há que se falar em diligência para suprir essas omissões, haja vista, não tratar-se de complementação ou esclarecimento, e sim de supressão de documento requerido pelo Edital por parte da Recorrida.

Percebe-se, pois, que a manutenção da decisão ora rechaçada constitui de evidente afronta aos Princípios da Isonomia e Vinculação ao Instrumento Convocatório, o que invalida o presente certame.

É inconteste que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro ou simplesmente omitir a apresentação de documento que deveria integrar o envelope pertinente à habilitação.

Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos devem atuar ao examinar a documentação de habilitação jurídica, economia e, em especial, os atestados de capacidade técnica com esteio nos Princípios, dentre outros, da Isonomia, Vinculação ao Edital, Razoabilidade, Julgamento Objetivo, Proporcionalidade, Segurança Jurídica e do Formalismo Moderado.

No caso em apreço, a falta de cumprimento de item exigido no instrumento convocatório representa afronta aos princípios e as normas que regem o presente certame.

A exigência editalícia é lei que rege o certame licitatório e deve ser integralmente cumprida não só por todos os licitantes como também pela Administração Pública.

Segundo MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei. A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos e a serem praticados e as regras que o regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante. O

instrumento convocatório (seja edital, seja convite), cristaliza a competência discricionária da administração, que se vincula a seus termos. Conjugando-se a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da administração ao Edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento." (Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 8ª Edição, p. 65 e 417). (grifamos).

De acordo com o ora indagado são inúmeros os julgados do Tribunal de Contas da União (TCU):

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO. (Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara). (grifamos).

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. (Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara)

De mesmo modo o Supremo Tribunal Federal:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. (RESP 1178657). (grifamos).

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrífa, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (RMS 23640/DF). (grifamos).

Corroborando o entendimento acima esposado, os demais tribunais nacionais:

ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO. 1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. Agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AGRAVO DE INSTRUMENTO : AG 50132325420144040000 5013232-54.2014.404.0000. Rel. FERNANDO QUADROS DA SILVA - 3ª Turma. Em 20/08/2014. DJ: 21/08/2014). (grifamos).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ISONOMIA ENTRE OS LICITANTES. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório. O afastamento dos requisitos estabelecidos no edital PRIVILEGIA A AGRAVANTE EM DETRIMENTO DOS DEMAIS INTERESSADOS no certame, ferindo o princípio da isonomia dos concorrentes (TRF4, AG 5011224-41.2013.404.0000, Quarta Turma, Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 19/09/2013). (grifamos).

Dessa forma, a necessidade de declaração da inabilitação da empresa RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, no ITEM 1, é essencial haja vista o incontestado descumprimento do edital à habilitação jurídica, que foi realizada de forma incompleta, portanto, viciada. Por todo o exposto, corrobora-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere. Por tal razão deve o presente recurso ser admitido e provida com vistas a eivar o presente certame das ilegalidades e nulidades ora suscitadas.

II – DOS REQUERIMENTOS

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o PROVIMENTO do presente recurso, com efeito, para que seja anulada a decisão em apreço, bem como nos fundamentos ora expendidos, declarandose a empresa RIBAL LOCADORA DE VEICULOS LTDA inabilitada/desclassificada para prosseguir no presente certame PE nº 028/2020 – ITEM 1. Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior.

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.
Salvador/Ba, 05 de Junho de 2020.

RECORRENTE
G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 20.155.999/0001-55

Fchar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA.

Ref.: Recurso Administrativo ao PE nº 028/2020 – LOTE 3

G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe de Processo Administrativo, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, por seu administrador ao final assinado, com fulcro na Lei 10.520/2002 e no item 12.5 do Edital, tempestivamente, apresentar

RAZÕES RECURSAIS

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitado e vencedor o licitante JLM DE ALMEIDA, para o LOTE 3, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DOS FATOS E DO DIREITO

O Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2020 possui como objeto a contratação de serviço de recebimento, transporte, entrega e recolhimento de urnas eletrônicas, cabinas, envelopes de segurança, pastas com o material das seções eleitorais, urnas de lona e baterias de contingência para UE, nas Eleições Municipais de 2020, na capital e em municípios do interior do estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

Fato é que a ora Recorrente analisando a documentação de habilitação juntados pelo habilitado e vencedor do certame, constatou que o mesmo descumpriu as regras edilícias, uma vez que apresentou documentos de habilitação em desacordo com o Edital.

Portanto, a habilitação da empresa Recorrida é falha.

Vejamos que a Recorrida deixou de apresentar a documentação destacada no item 11.1.3, que trata da habilitação jurídica, no seu subitem “e.2”, qual seja, a comprovação de habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, conforme Decreto nº 3411/2000 e Resolução nº 794, de 22 de novembro de 2004.

A Recorrida ofertou o documento descrito no subitem “e.1”, mas tal documento não substitui a certidão para Operador de Transporte Multimodal – OTM, pois são documentos distintos, se completam, e não se substituem, como a própria ANTT esclarece na consulta realizada no seu site no link

http://www.antt.gov.br/cargas/arquivos_old/Perguntas_Frequentes__Multimodal.h tml :

“6- Se minha empresa for habilitada como OTM, precisa também estar registrada no RNTRC (Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga) para emitir o conhecimento de transporte rodoviário de cargas?

Resposta – Sim, precisa. A Lei 9.611/98, que trata do Transporte Multimodal, não abre exceções para que o OTM deixe de seguir o que está estabelecido nas demais leis que regem os transportes nos diversos modais e regimes de funcionamento. Desta forma, caso sua empresa, além de operar como OTM, exercer a atividade de transporte rodoviário de carga remunerado na operação multimodal, deverá estar registrada no RNTRC, de acordo com a legislação em vigor”. (grifamos).

Dessa forma, diante do descumprimento no tocante a ausência de apresentação da comprovação do OTM, não há que se falar em diligência para suprir essas omissões, haja vista, não tratar-se de complementação ou esclarecimento, e sim de supressão de documento requerido pelo Edital por parte da Recorrida.

Percebe-se, pois, que a manutenção da decisão ora rechaçada constitui de evidente afronta aos Princípios da Isonomia e Vinculação ao Instrumento Convocatório, o que invalida o presente certame.

É inconteste que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro ou simplesmente omitir a apresentação de documento que deveria integrar o envelope pertinente à habilitação.

Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos devem atuar ao examinar a documentação de habilitação jurídica, economia e, em especial, os atestados de capacidade técnica com esteio nos Princípios, dentre outros, da Isonomia, Vinculação ao Edital, Razoabilidade, Julgamento Objetivo, Proporcionalidade, Segurança Jurídica e do Formalismo Moderado.

No caso em apreço, a falta de cumprimento de item exigido no instrumento convocatório representa afronta aos princípios e as normas que regem o presente certame.

A exigência editalícia é lei que rege o certame licitatório e deve ser integralmente cumprida não só por todos os licitantes como também pela Administração Pública.

Segundo MARÇAL JUSTEN FILHO:

“Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei. A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um

modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos e a serem praticados e as regras que o regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante. O instrumento convocatório (seja edital, seja convite), cristaliza a competência discricionária da administração, que se vincula a seus termos. Conjugando-se a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da administração ao Edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento.” (Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 8ª Edição, p. 65 e 417). (grifamos).

De acordo com o ora indagado são inúmeros os julgados do Tribunal de Contas da União (TCU):

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO. (Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara). (grifamos).

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. (Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara)

De mesmo modo o Supremo Tribunal Federal:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. (RESP 1178657). (grifamos).

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (RMS 23640/DF). (grifamos).

Corroborando o entendimento acima esposado, os demais tribunais nacionais:

ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO. 1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. Agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AGRAVO DE INSTRUMENTO : AG 50132325420144040000 5013232-54.2014.404.0000. Rel. FERNANDO QUADROS DA SILVA - 3ª Turma. Em 20/08/2014. DJ: 21/08/2014). (grifamos).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ISONOMIA ENTRE OS LICITANTES. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório. O afastamento dos requisitos estabelecidos no edital PRIVILEGIA A AGRAVANTE EM DETRIMENTO DOS DEMAIS INTERESSADOS no certame, ferindo o princípio da isonomia dos concorrentes (TRF4, AG 5011224-41.2013.404.0000, Quarta Turma, Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 19/09/2013). (grifamos).

Dessa forma, a necessidade de declaração da inabilitação da empresa JLM DE ALMEIDA, no LOTE 3, é essencial haja vista o incontestado descumprimento do edital à habilitação jurídica, que foi realizada de forma incompleta, portanto, viciada. Por todo o exposto, corrobora-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere. Por tal razão deve o presente recurso ser admitido e provida com

vistas a eivar o presente certame das ilegalidades e nulidades ora suscitadas.

II – DOS REQUERIMENTOS

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o PROVIMENTO do presente recurso, com efeito, para que seja anulada a decisão em apreço, bem como nos fundamentos ora expendidos, declarando-se a empresa JLM DE ALMEIDA inabilitada/desclassificada para prosseguir no presente certame PE nº 028/2020 – LOTE 3. Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior.

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.
Salvador/Ba, 05 de Junho de 2020.

RECORRENTE
G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 20.155.999/0001-55

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Ao
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Sr. GILSON SOARES DA CONCEICAO
Pregoeiro Oficial

Sra. MILENA AUSTREGESILO HEREDA
Equipe de Apoio
Ref.: Pregão Eletrônico nº. 28/2020 SRP – Processo Administrativo Digital nº 18891/2019

Prezado (a) Senhor (a),

A Empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda, CNPJ nº 07.605.506/0001-73, sediada no Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, Quadra 14 Conjunto 02 Lotes 01, 02 e 03, Brasília-DF, através de seu representante, ao final assinado, vem à presença de Vossas Senhorias apresentar suas CONTRARRAZÕES, ao Recurso interposto pela licitante G3 POLARIS SERVICOS EIRELI CNPJ/CPF: 20.155.999/0001-55, o que faz mediante as razões que serão apresentadas, requerendo, desde já, a manutenção da decisão deste Ilustríssimo Pregoeiro e Equipe de Apoio, a quem, ora, é requerida a confirmação do julgamento sob exame.

DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS

Inicialmente urge destacar que o ato de habilitação da empresa ora petionante, praticado pelo Pregoeiro e chancelado por sua equipe de apoio, deu-se em perfeita sintonia com todos os preceitos constitucionais, do direito administrativo e, em especial, em observância aos requisitos editalícios do caso vertente, sobretudo no que atine à preservação do interesse público, com a escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL

Ainda que reste evidente o descabimento do recurso em exame, por amor ao debate, passaremos a análise do mérito. Contudo faz-se necessário ressaltar que o Recorrente não possui interesse de agir na presente demanda, haja vista que está 6 posições atrás da Recorrida na ordem dos menores lances e sequer foi convocado para apresentação de lance final.

Ainda que não faça parte deste processo, faremos uma breve pausa para mencionarmos que a Recorrente também está questionando a aceitação e habilitação de outra Empresa (INTERMODAL BRASIL LOGÍSTICA) no Pregão Eletrônico 22/2020 do TRE do Paraná, cujo objeto é análogo a este. Entre as alegações da Recorrente naquele caso, a mais absurda é que a então vencedora do certame não anexou as declarações eletrônicas (virtuais), que as licitantes assinalam no portal de compras ao cadastrar propostas. Como uma empresa conseguiria participar de um pregão no Comprasnet sem assinalar tais declarações no sistema já que são obrigatórias? Em fim... Voltemos ao Recurso que por hora será combatido.

A Recorrente busca nessa demanda a desqualificação da Recorrida com fundamento em um possível descumprimento dos requisitos consignados no edital, inicialmente manifesta sua intenção em interpor recurso "com vista e copia ao processo da empresa declarada vencedora, com base nos documentos de habilitação, atestado técnico e proposta de preço.". Flagrantemente o intuito da Recorrida é tão somente de tumultuar o andamento do Certame, esta, se utiliza da via recursal com a finalidade estritamente protelatória, embaraçando, assim, desnecessariamente, o normal prosseguimento do procedimento licitatório.

DA ARGUMENTAÇÃO

Ao inserir sua peça recursal, é verificado que a Recorrente desiste de tentar desqualificar os atestados de capacidade técnica e a proposta de preços da Recorrente. Assim, alega que a Recorrida deixou de apresentar o RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga, documento de habilitação previsto no item 11.1.3 - e.1. E que, somente apresentou o OTM, que é a comprovação de Habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal.

A própria Recorrente insere em sua peça recursal, um esclarecimento da ANTT no que refere-se a obtenção do OTM. Em resposta, a ANTT diz que o OTM é um complemento do RNTRC, ou seja, para possuir o OTM uma empresa precisa obrigatoriamente já possuir o RNTRC.

A Recorrente sendo uma transportadora tem pleno conhecimento de que o certificado de OTM - Operador de Transporte Multimodal engloba os modais de transporte aéreo, terrestre (RNTRC) e aquático. Ocorre que aquela registrou uma Intenção de Recurso sem motivação justificada e se viu obrigada a apresentar recurso no intuito de burlar penalizações.

DA DILIGÊNCIA

Fora realizada diligência pelo TRE-BA na fase de aceitação solicitando o RNTRC que, mesmo sabendo da ausência de necessidade de apresentação deste registro, o fez por extremo zelo. Ainda que tal solicitação não tivesse ocorrido, uma simples diligência de consulta ao sítio da ANTT sanaria tal questão. Assim, mesmo que a contrarrazoante não tivesse apresentado OTM e nem o RNTRC, na busca do menor preço e, conforme jurisprudências do TCU, o TRE-BA oportunizaria o envio de um dos dois documentos na fase de aceitação ou realizaria uma diligência ao sítio da ANTT.

Deste modo, em face das considerações aduzidas, comprova-se que a Recorrente não possui interesse, nem álibi para impugnar o ato de habilitação da Recorrida. Afastada, assim, a utilidade no provimento recursal e configurada a completa falta de interesse de agir. Nesse sentido, pugna a recorrente, pelo não acolhimento do presente recurso por falta de interesse da empresa ora recorrente, porquanto o que se busca possui não possui fundamento.

DE TODO O EXPOSTO, Considerando as razões de fato aqui deduzidas, requer a impugnante que seja NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo-se a respeitável decisão combatida, por ser medida de direito e cristalina justiça.

Termos em que, Pede e Espera deferimento.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ribal Locadora de Veículos Ltda
Júlio Torres Ribeiro Neto
Sócio-Gerente

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

Pregão Eletrônico nº 28/2020

J L M DE ALMEIDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 86.960.721/0001-69, com sede na avenida Centenário, nº. 1712, bairro Aeroporto, Teresina, Estado do Piauí, CEP: 64.003-700, vem, tempestivamente, perante Vossa Senhoria, com supedâneo no art. 4º, inciso XVIII, da Lei n.º 10.520/02 c/c art. 44, § 2º, do Decreto n.º 10.024/19, apresentar tempestivamente

CONTRA RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela licitante G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI no pregão eletrônico em epígrafe, consoante as disposições atinentes à espécie, fatos e fundamentos a seguir delineados:

I. DA TEMPESTIVIDADE.

Conforme se depreende do art. 4º, XVIII da Lei n.º 10.520/02 c/c art. 44, § 2º, do Decreto n.º 10.024/19, a parte recorrida deve apresentar, no prazo de 3 (três) dias úteis, Contrarrazões ao Recurso interposta pela licitante recorrente. Vejamos:

Art. 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Como se sabe, o início do prazo se deu em 05/06/2020 (sexta- feira), tendo, como termo final o dia 10/06/2020. Assim, sendo ofertada nesta data, a presente peça mostra-se plenamente tempestiva

II. DOS FATOS E DO DIREITO:

A empresa J L M DE ALMEIDA - EPP ora Recorrente participou do Pregão Eletrônico nº 28/2020 – TRE/BA. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço de recebimento, transporte, entrega e recolhimento de urnas eletrônicas, cabinas, envelopes de segurança, pastas com o material das seções eleitorais, urnas de lona e baterias de contingência para UE, nas Eleições Municipais de 2020, na capital e em municípios do interior do estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

Inicialmente urge destacar que o ato de habilitação da empresa ora petionante, praticado pelo(a) Pregoeiro(a), deu-se em perfeita sintonia com todos os preceitos constitucionais, do direito administrativo e, em especial, em observância aos requisitos editalícios do caso vertente, sobretudo no que atine à preservação do interesse público, com a escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Considerando o antes dito, tem-se que a empresa recorrente, inconformada em não ter obtido a habilitação no certame identificado em epígrafe, interpôs recurso administrativo promovendo, em verdade, mera aventura argumentativa, sem qualquer substrato probatório.

Pela leitura das razões recursais, verifica-se, modo sucinto, que o ponto de insurgência diz respeito com a habilitação do recorrido face ao atestado de capacidade apresentado, segundo suas razões “a documentação de habilitação juntada pelo habilitado e vencedor do certame, constatou que o mesmo descumpriu as regras edilícias, uma vez que apresentou documentos de habilitação em desacordo com o Edital”.

Alega, que a Recorrida deixou de apresentar a documentação estabelecida no item 11.1.3 do Edital 28/2020, que trata da habilitação jurídica, no seu subitem “e.2”, qual seja; a comprovação de habilitação e Registro na Agência

Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, conforme Decreto nº 3411/2000 e Resolução nº 794, de 22 de novembro de 2004, tendo ofertada o documento descrito no subitem “e.1”, e que tal documento não substitui a certidão para Operador de Transporte Multimodal – OTM.

Nesta esteira, alegou que diante do descumprimento no tocante a ausência de apresentação da comprovação do OTM, não há que se falar em diligência para suprir essas omissões, haja vista, não tratar-se de complementação ou esclarecimento, e sim de supressão de documento requerido pelo Edital por parte da Recorrida.

II.I – DO PREENCHIMENTO DO ITEM 11.1.3, SUBITEM E.2 ALÍNEA E.2.1 DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Em sua peça de resistência à decisão do Pregoeiro, alega, a recorrente, que a presente licitante não cumpre com o requisito referente à habilitação jurídica, segundo o item 11.1.3, subitem e.2 do Edital em referência.

O edital, exigiu, no item 11.1.3, subitem “e.2”, alínea “e.2.1” para fins de habilitação jurídica, o que segue:

11.1.3. Habilitação jurídica:

e.2 - Comprovação de habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, conforme Decreto nº 3411/2000 e Resolução nº 794, de 22 de novembro de 2004, somente para o item 01 e Lote 03, que contém previsão de utilização de embarcações

e.2.1) Ficará dispensada da apresentação do Registro indicado na Condição e.2 a Licitante que apresentar declaração de que pretende subcontratar o transporte aquaviário.

Do cotejo da exigência editalícia com o teor da dispensa da apresentação do Registro indicado na Condição e.2, não se verifica nenhuma falha que possa fulminar com o ato habilitatório, até por que a Licitante apresentou declaração de que pretende subcontratar o transporte aquaviário, nos termos e.2.1 editalícia.

Não procede, em absoluto, a alegação da recorrente de que o documento apresentado no subitem “e.1”, não substitui a certidão para Operador de Transporte Multimodal – OTM, quando o edital dispensa apresentação do Registro indicado na Condição e.2, pois do contrário, seria reputado como restritivo à competitividade.

Relativamente ao julgamento realizado, cabe lembrar que o pregoeiro que conduz a licitação está legalmente obrigado a selecionar a proposta mais vantajosa para Administração, em compatibilidade com os critérios de aceitabilidade e demais disposições consignadas no edital.

Não é demais enfatizar que, no procedimento licitatório, o edital é o ato pelo qual se realiza a publicidade e se fixam as condições em que se efetivará o certame. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Somente pode ser exigido dos licitantes aquilo que tenha sido expressamente consignado em edital. O edital licitatório não pode dar margem a dúvidas, omissões ou regras implícitas.

O edital é a lei interna da licitação. Não faz sentido que a Administração fixe um determinado procedimento e forma no edital e que, na hora da análise, quer da documentação, quer da proposta venha a criar regras que não estavam originalmente escritas no instrumento de convocação.

Salienta-se, por oportuno, que em licitação, todo e qualquer julgamento deve ser objetivo. Conforme consta no art. 44, § 1º da Lei n. 8.666/93, é vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Vale dizer que os critérios que ensejam a desclassificação/inabilitação de licitante devem sempre ter suas razões fundadas em critérios objetivos do instrumento convocatório, nunca na obscuridade, omissão ou em inferências.

Não há, portanto, espaço para discricionariedade durante a condução do procedimento licitatório. O pregoeiro tem dever de ater-se ao disposto no edital de licitação, ao qual está vinculado até o final do certame, garantindo a imparcialidade da Administração e a isonomia entre os licitantes, descartando, assim, subjetivismos em todas as suas fases.

Marçal Justen Filho, assim se posicionou acerca do tema:

Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. Uma vez realizadas essas escolhas, exaure-se a discricionariedade e não mais pode ser invocada – ou, mais corretamente, se a Administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita a refazer toda a licitação. Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei. (JUSTEN FILHO, 2009, p. 70)

Hely Lopes Meirelles assim se manifestou sobre o princípio da vinculação:

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. (Licitação e Contrato Administrativo, Ed. Revista dos Tribunais, 10ª edição, 1991, São Paulo, p. 29).

Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a

Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. (Direito Administrativo Brasileiro, 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000)

Em obra de Jessé Torres consta a seguinte passagem:

(d) o [princípio] da vinculação ao instrumento convocatório faz do edital ou do convite a lei interna de cada licitação, impondo-se a observância de suas regras à Administração Pública e aos licitantes, estes em face dela e em face uns dos outros, nada podendo ser exigido, aceito ou permitido além ou aquém de suas cláusulas e condições; o art. 41 da Lei nº 8.666/93 ilustra a extensão do princípio ao declarar que 'A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada' (...);

(e) o [princípio] do julgamento objetivo atrela a Administração, na apreciação das propostas, aos critérios de aferição previamente definidos no edital ou carta-convite, com o fim de evitar que o julgamento se faça segundo critérios desconhecidos dos licitantes, ao alvedrio da subjetividade pessoal do julgador; (Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 5ª ed., Renovar, 2002, pag. 55).

Decisão judicial no mesmo sentido:

O princípio da vinculação ao edital presente no procedimento licitatório obriga os licitantes, como também a administração, ao julgamento das propostas pautadas exclusivamente nos critérios objetivos definidos no edital, com a devida observância ao tratamento isonômico entre os licitantes (TJSC - ACMS de Blumenau, Rel. Des. Luiz César Medeiros, julgada em 24/04/2007)

Em suas sustentações, em sede recursal, o recorrente, em síntese, pretende fazer valer o formalismo excessivo no julgamento das propostas.

A ordem jurídica nacional consagra cada vez mais os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, com o objetivo de criar um sistema de freios que venha a coibir a prática de excessos no exercício das competências públicas com o fito de salvaguardar o interesse público. Por força da utilização desses princípios, o ordenamento jurídico visa assegurar a necessidade de se interpretar as exigências da lei e do ato convocatório como instrumentais em relação ao interesse público. Assim, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade permitem a compatibilização entre os meios utilizados pela Administração Pública e os fins que ela tem de alcançar.

Em que pesem os esforços da recorrente em demonstrar que a decisão quanto à habilitação está equivocada, eivada de irregularidade ou de descumprimentos ao edital licitatório e princípios basilares, no mérito, não lhe assiste razão.

Pelo cotejo das disposições editalícias com as ações que pautaram a condução do certame, não se vislumbram as ilicitudes pugnadas pela recorrente.

Entende-se que foi dado fiel cumprimento ao art. 2º e § 2º do Decreto 10.024/2019:

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

(...)

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

É importante ressaltar que eventual contratada é responsável pela execução total e satisfatória do objeto contratado, sob pena de sofrer aplicação das penalidades estabelecidas na legislação de regência e nas disposições do edital e seus anexos, não podendo descumprir as obrigações contratuais previamente definidas. O pleno cumprimento dessas obrigações será averiguado por meio da fiscalização/gestão do contrato deste Tribunal.

Resta evidente que o que se busca, por ocasião da licitação, é a contratação com aquele que apresente o menor preço (segundo critério de aceitabilidade) e venha a atender a totalidade das estipulações. Portanto, a proposta do recorrido consubstancia-se na proposta mais vantajosa para a Administração.

Com efeito, tem-se que a recorrente G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI não obteve êxito em demonstrar que a habilitação desta licitante ofendeu qualquer princípio jurídico pertinente ao tema.

III. DOS REQUERIMENTOS:

Ex positis, requer, a licitante recorrida, que seja NEGADO PROVIMENTO ao Recurso administrativo ora combatido, pelas razões e fundamentos exaustivamente expostos, mantendo-se incólume a decisão que a consagrou como vencedora do certame.

Eis os termos em que se pede deferimento.

Salvador (BA), 09 de junho de 2020.

J. L. M DE ALMEIDA EPP
CNPJ 86.960.721/0001-69

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

LICITAÇÃO POR PREGÃO
N.º 28/2020
PAD 18891/2019

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO, TRANSPORTE, ENTREGA E RECOLHIMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS, CABINAS, PASTAS E MATERIAIS DAS SEÇÕES ELEITORAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por meio do sistema Comprasnet, pela empresa G3 Polaris Serviços Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.155.999/0001-55 com sede na Av. Tancredo Neves, 2539 Ed CEO Salvador Torre – Salvador- Ba, com fulcro na alínea “b” do inciso I, do art. 109 da lei 8.666/93, contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora do certame para o item 1 a empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 07.605.506/0001-73, concernente ao Pregão nº 28/2019, deste Tribunal, que trata da Contratação de empresa para prestação de serviços de recebimento, transporte, entrega e recebimento de urnas eletrônicas, cabinas, pastas e demais materiais das seções eleitorais das eleições municipais 2020, conforme especificado no anexo 1 do edital.

1 – DAS RAZÕES DO RECORRENTE.

Inicialmente, cabe salientar que a empresa G3 Polaris Serviços Ltda, registrou intenção de recorrer de forma imediata e motivada no momento e prazo oportunos através do sistema Comprasnet, conforme documento juntado ao PAD, sendo aceito pelo Pregoeiro por entender que os requisitos recursais foram devidamente atendidos.

Na defesa de suas razões, a recorrente descreve a ocorrência do fato, em síntese alega:

“...Vejam os que a Recorrida deixou de apresentar a documentação destacada no item 11.1.3, que trata da habilitação jurídica, no seu subitem “e.1”, qual seja, a comprovação de Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, Resolução nº 4799/2015, de 27 de julho de 2015, da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.
A Recorrida ofertou o documento descrito no subitem “e.2”, mas tal documento não substitui a certidão RNTRC, pois são documentos distintos, se completam, e não se substituem, como a própria ANTT esclarece na consulta realizada no seu site.

II – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, o licitante vencedor ratifica a consistência dos documentos de habilitação, sob o argumento de que estes estão em perfeita sintonia com o edital, ao tempo que discorre sobre a falta de interesse processual da recorrente e, por fim, contesta as razões do recurso conforme abaixo:

“Ao inserir sua peça recursal, é verificado que a Recorrente desiste de tentar desqualificar os atestados de capacidade técnica e a proposta de preços da Recorrente. Assim, alega que a Recorrida deixou de apresentar o RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga, documento de habilitação previsto no item 11.1.3 - e.1. E que, somente apresentou o OTM, que é a comprovação de Habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal.
A própria Recorrente insere em sua peça recursal, um esclarecimento da ANTT no que refere-se a obtenção do OTM. Em resposta, a ANTT diz que o OTM é um complemento do RNTRC, ou seja, para possuir o OTM uma empresa precisa obrigatoriamente já possuir o RNTRC.
A Recorrente sendo uma transportadora tem pleno conhecimento de que o certificado de OTM - Operador de Transporte Multimodal engloba os modais de transporte aéreo, terrestre (RNTRC) e aquático. Ocorre que aquela registrou uma Intenção de Recurso sem motivação justificada e se viu obrigada a apresentar recurso no intuito de burlar penalizações.”

III- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Examinando o recurso apresentadas pela empresa licitante, em cotejo com a condição 11.1.3 do Instrumento Convocatório, bem como o art. 41, lei de licitações, transcrito abaixo, depreende-se que as alegações apresentadas pela recorrente, G3 Polaris Serviços Ltda, não merecem prosperar, muito pelo contrário, pois os argumentos por ela apresentados bem como os julgados dos Tribunais acabaram vindo em socorro da Administração, senão vejamos.

“É inconteste que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro ou simplesmente omitir a apresentação de documento que deveria integrar o envelope pertinente à habilitação. Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos devem atuar

ao examinar a documentação de habilitação jurídica, economia e, em especial, os atestados de capacidade técnica com esteio nos Princípios, dentre outros, da Isonomia, Vinculação ao Edital, Razoabilidade, Julgamento Objetivo, Proporcionalidade, Segurança Jurídica e do Formalismo Moderado.

Segundo MARÇAL JUSTEN FILHO: "Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei. A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos e a serem praticados e as regras que o regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante. O instrumento convocatório (seja edital, seja convite), cristaliza a competência discricionária da administração, que se vincula a seus termos. Conjugando-se a regra do art. 41 com aquela do art. 40, pode-se afirmar a estrita vinculação da administração ao Edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento." (Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 8ª Edição, p. 65 e 417). (grifamos)."

Nessa toada o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório em conjunto com a art. 41 da lei 8666/93 obrigam a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe relembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente vinculada". Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.

A vinculação se traduz numa importante garantia para a sociedade de que não haverá favorecimentos ou direcionamentos nas aquisições feitas pela Administração Pública. Esclarece-se também que esse princípio está ligado ao princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como na Lei Federal de Processo Administrativo. Denota-se, assim, que o princípio da legalidade irradia seus efeitos em todos os atos da Administração, de modo que não existe interesse público à margem da lei.¹

É evidente que o recorrente buscou tão somente protelar a tramitação regular do processo. Além dos motivos elencados pelo recorrido. A condição 11.7 do Instrumento Convocatório autoriza o Pregoeiro para fins de habilitação efetuar pesquisa em sites oficiais. O documento pleiteado pela recorrente, o Pregoeiro juntou ao processo (doc 0692315 fls. 5) segundo condição editalícia. Pelo exposto é notório que este signatário em momento algum se afastou das regras editalícias e muito menos as descumpriu. Diante do exposto não resta dúvidas de que a habilitação da empresa vencedora ocorreu dentro dos princípios que regem a licitação.

"11.7. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019."

Por fim, impende ressaltar de acordo a previsão editalícia condição 12.6 que o processo fica à disposição dos interessados para eventuais consultas.

"Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do PAD nº 18891/2019 franqueada aos interessados."

IV- DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto acima entende o Pregoeiro que o recurso interposto pela empresa G3 Polaris Serviços Ltda, não merece acolhimento, em razão dos argumentos por ela apresentados carecerem de fundamentos, visto que estes não encontram sustentáculo na lei 8.666/93, tampouco no instrumento convocatório, que sejam capazes de reverter a habilitação da empresa vencedora do item em apreço.

Deste modo manifesto pela improcedência do recurso apresentado pela recorrente, e mantenho a habilitação da empresa vencedora, Ribal Locadora de Veículos Ltda.

É a manifestação, que ora submete-se à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.
De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 15 de junho de 2020.

Gilson Soares da Conceição
Pregoeiro

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO, TRANSPORTE, ENTREGA E RECOLHIMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS, CABINAS, PASTAS E MATERIAIS DAS SEÇÕES ELEITORAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por meio do sistema Comprasnet, pela empresa G3 Polaris Serviços Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.155.999/0001-55 com sede na Av. Tancredo Neves, 2539 Ed CEO Salvador Torre – Salvador- Ba, com fulcro na alínea “b” do inciso I, do art. 109 da lei 8.666/93, contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora do certame para o lote 3 a empresa J L M de Almeida Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 86.960.721/0001-69, concernente ao Pregão nº 28/2019, deste Tribunal, que trata da Contratação de empresa para prestação de serviços de recebimento, transporte, entrega e recebimento de urnas eletrônicas, cabinas, pastas e demais materiais das seções eleitorais das eleições municipais 2020, conforme especificado no anexo 1 do edital.

1 – DAS RAZÕES DO RECORRENTE.

Inicialmente, cabe salientar que a empresa G3 Polaris Serviços Ltda, registrou intenção de recorrer de forma imediata e motivada no momento e prazo oportunos através do sistema Comprasnet, conforme documento juntado ao PAD, sendo aceito pelo Pregoeiro por entender que os requisitos recursais foram devidamente atendidos.

Na defesa de suas razões, a recorrente descreve a ocorrência do fato, em síntese alega:

“...Veamos que a Recorrida deixou de apresentar a documentação destacada no item 11.1.3, que trata da habilitação jurídica, no seu subitem “e.2”, qual seja, a comprovação de habilitação e Registro na Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, conforme Decreto 3411/2000 e Resolução nº 794/2015, de 22 de novembro de 2004.

A Recorrida ofertou o documento descrito no subitem “e.1”, mas tal documento não substitui a certidão para Operador de Transporte Multimodal – OTM, pois são documentos distintos, se completam, e não se substituem, como a própria ANTT esclarece na consulta realizada no seu site.

II – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, o licitante vencedor ratifica a consistência dos documentos de habilitação, sob o argumento de que estes estão em perfeita sintonia com o edital e, por fim, contesta as razões do recurso conforme abaixo:

“Pela leitura das razões recursais, verifica-se, modo sucinto, que o ponto de insurgência diz respeito com a habilitação do recorrido face ao atestado de capacidade apresentado, segundo suas razões “a documentação de habilitação juntada pelo habilitado e vencedor do certame, constatou que o mesmo descumpriu as regras edilícias, uma vez que apresentou documentos de habilitação em desacordo com o Edital”.

Alega, que a Recorrida deixou de apresentar a documentação estabelecida no item 11.1.3 do Edital 28/2020, que trata da habilitação jurídica, no seu subitem “e.2”, qual seja; a comprovação de habilitação e Registro na Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, conforme Decreto nº 3411/2000 e Resolução nº 794, de 22 de novembro de 2004, tendo ofertado o documento descrito no subitem “e.1”, e que tal documento não substitui a certidão para Operador de Transporte Multimodal – OTM.

Nesta esteira, alegou que diante do descumprimento no tocante a ausência de apresentação da comprovação do OTM, não há que se falar em diligência para suprir essas omissões, haja vista, não tratar-se de complementação ou esclarecimento, e sim de supressão de documento requerido pelo Edital por parte da Recorrida.”

III- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Examinando o recurso apresentadas pela empresa licitante, em cotejo com a condição 11.1.3 do Instrumento Convocatório, bem como o art. 41, lei de licitações, transcrito abaixo, depreende-se que as alegações apresentadas pela recorrente, G3 Polaris Serviços Ltda, não merecem prosperar, muito pelo contrário, pois os argumentos por ela apresentados bem como os julgados dos Tribunais acabaram vindo em socorro da Administração, senão vejamos.

“É inconteste que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro ou simplesmente omitir a apresentação de documento que deveria integrar o envelope pertinente à habilitação. Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos devem atuar ao examinar a documentação de habilitação jurídica, economia e, em especial, os atestados de capacidade técnica com esteio nos Princípios, dentre outros, da Isonomia, Vinculação ao Edital, Razoabilidade, Julgamento Objetivo, Proporcionalidade, Segurança Jurídica e do Formalismo Moderado.

Segundo MARÇAL JUSTEN FILHO: "Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei. A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos e a serem praticados e as regras que o regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante. O instrumento convocatório (seja edital, seja convite), cristaliza a competência discricionária da administração, que se vincula a seus termos. Conjugando-se a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da administração ao Edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento." (Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 8ª Edição, p. 65 e 417). (grifamos)."

Nessa toada o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório em conjunto com a art. 41 da lei 8666/93 obrigam a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe relembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente vinculada". Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.

A vinculação se traduz numa importante garantia para a sociedade de que não haverá favorecimentos ou direcionamentos nas aquisições feitas pela Administração Pública. Esclarece-se também que esse princípio está ligado ao princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como na Lei Federal de Processo Administrativo. Denota-se, assim, que o princípio da legalidade irradia seus efeitos em todos os atos da Administração, de modo que não existe interesse público à margem da lei.¹

É evidente que o recorrente buscou tão somente protelar a tramitação regular do processo. Além dos motivos elencados pelo recorrido. A condição 11.1.3, subitem "e.2.1" do Instrumento Convocatório é cristalina ao dispor que ficará dispensada da apresentação da certidão de Operador de Transporte Multimodal (subitem e.2) o licitante que apresentar declaração de que pretende subcontratar o transporte aquaviário. A predita declaração foi enviada pelo licitante através da opção "convocar anexo" do sistema comprasnet e encontra-se encartada aos autos (doc 0692356 fls. 12) segundo condição editalícia. Pelo exposto é notório que este signatário em momento algum se afastou das regras editalícias e muito menos as descumpriu. Diante do exposto não resta dúvidas de que a habilitação da empresa vencedora ocorreu dentro dos princípios que regem a licitação.

"e.2) Comprovação de habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, conforme Decreto nº 3411/2000 e Resolução nº 794, de 22 de novembro de 2004, somente para o item 01 e Lote 03, que contém previsão de utilização de embarcações.

e.2.1) Ficará dispensada da apresentação do Registro indicado na Condição e.2 a Licitante que apresentar declaração de que pretende subcontratar o transporte aquaviário."

Por fim, impende ressaltar de acordo a previsão editalícia condição 12.6 que o processo fica à disposição dos interessados para eventuais consultas.

"Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do PAD nº 18891/2019 franqueada aos interessados."

IV- DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto acima entende o Pregoeiro que o recurso interposto pela empresa G3 Polaris Serviços Ltda, não merece acolhimento, em razão dos argumentos por ela apresentados carecerem de fundamentos, visto que estes não encontram sustentáculo na lei 8.666/93, tampouco no instrumento convocatório, que sejam capazes de reverter a habilitação da empresa vencedora do item em apreço.

Deste modo manifesto pela improcedência do recurso apresentado pela recorrente, e mantenho a habilitação da empresa vencedora, JLM de Almeida Ltda.

É a manifestação, que ora submete-se à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.
De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 15 de junho de 2020.

Gilson Soares da Conceição
Pregoeiro

Fechar